

- Cada item da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Nos itens constituídos pela estrutura **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: ... seguida de **ASSERTIVA**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

A ética está associada ao estudo fundamentado nos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade. A respeito dessa afirmação, julgue os itens que se seguem.

- 1 A deontologia ou ética profissional, também chamada de ética utilitária, corresponde à moral de um grupo, de uma profissão.
- 2 Os policiais militares de todo território nacional são subordinados ao Código de Ética Nacional, que foi promulgado e regulamentado por lei no final do século passado.
- 3 Ferirá os princípios da ética militar o policial que mostrar sua identidade para obter algum benefício.

Com relação ao Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL) e ao Código Disciplinar dos Militares Estaduais, julgue os itens seguintes.

- 4 Disciplina é o acatamento das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam a corporação e consiste em um meio adequado para que uma doutrina seja assimilada e missões sejam executadas.
- 5 Em uma abordagem, o policial deverá utilizar arma de fogo para conter cidadão que reagir as suas solicitações.
- 6 É permitido ao policial militar, em troca de serviços extras, receber uma bolsa de estudos para seu filho estudar na mesma localidade em que trabalha.

Com relação ao Correio Braziliense e à Gazeta do Rio de Janeiro, considerados os primeiros jornais do Brasil, julgue os seguintes itens.

- 7 Embora a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense circulassem livremente no Brasil, somente este foi submetido a censura prévia, por apresentar conteúdos não oficiais.
- 8 O Correio Braziliense impresso em Londres é considerado o primeiro jornal brasileiro, contudo, caso o critério seja a impressão no Brasil, o jornal a ser considerado como o primeiro será a Gazeta do Rio de Janeiro.

Julgue os itens a seguir, acerca de comunicação institucional.

- 9 Identidade corporativa — conjunto de associações por meio das quais um público constrói a reputação de uma instituição — constitui o patrimônio social e moral da instituição.
- 10 Imagem corporativa é toda construção conceitual que uma entidade faz de si e que inclui elementos de programação visual, como logomarca, tipologia e cores de uniformes.

Acerca de gestão de crises, julgue o próximo item.

- 11 A gestão de crise requer uma estratégia organizacional preventiva que inclui o planejamento, a constituição de equipe especializada e a elaboração de um plano de contingência.

Em relação às etapas do processo de comunicação organizacional, julgue o item subsequente.

- 12 A informação de retorno (*feedback*), importante etapa do processo de comunicação em que se verifica o entendimento das mensagens difundidas por uma organização, é útil para a correção de eventuais falhas na prestação de serviços ao público.

Acerca dos aspectos históricos, das características e das dimensões dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 13 Os direitos de segunda dimensão resultam de conquistas políticas do operariado, a partir das revoluções industriais, e têm como objeto os direitos econômicos, sociais e culturais.
- 14 A discussão sobre os direitos humanos começou com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem pela Assembleia-geral das Nações Unidas.
- 15 Embora os direitos humanos sejam irrenunciáveis, alguns desses direitos podem deixar de ser exercidos por seus titulares.
- 16 A prescritibilidade é uma das características dos direitos humanos, que, devido à necessidade de manutenção da estabilidade no mundo jurídico, impõe um limite temporal para o exercício de direitos.

A respeito da Organização das Nações Unidas, da Lei Internacional dos Direitos Humanos e do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, julgue os itens subsequentes.

- 17 A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais formam a Lei Internacional de Direitos Humanos.
- 18 O Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei é um tratado internacional e obriga os países que o assinaram a cumprir o disposto em seus artigos.
- 19 Entre os órgãos estabelecidos na Carta das Nações Unidas incluem-se a Assembleia-geral, o Conselho de Segurança, o Tribunal Internacional de Justiça e, em relação aos direitos humanos, o Conselho Social e Econômico.

Em relação ao uso da força e de armas de fogo, abuso de autoridade, tortura e minorias, julgue os itens que se seguem.

- 20 A Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou degradantes ainda não foi assinada e ratificada pelo Brasil.
- 21 Os grupos vulneráveis são formados por pessoas que podem fazer parte de uma minoria étnica, ademais, dentro da minoria, pode haver pessoas com características que as diferem das demais, o que as torna também parte de outro grupo.
- 22 Os princípios essenciais relativos ao uso da força e de armas de fogo são a legalidade, a necessidade e a proporcionalidade.
- 23 O crime de abuso de autoridade é classificado como crime de atentado.

Em determinado ente da administração pública, a autoridade responsável iniciou um processo licitatório para compra de material de expediente e decidiu pela utilização da modalidade pregão.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, considerando que o valor total da aquisição foi estimado em oitocentos mil reais.

- 24 O material a ser licitado na situação apresentada é considerado como bem comum.
- 25 Devido ao valor estimado para aquisição do material de expediente, a modalidade de licitação adequada deveria ter sido a tomada de preços.

Na administração pública, um gestor, a fim de executar em dois anos uma obra estimada em dois milhões de reais, realizou licitação na modalidade concorrência.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26 Devido ao valor estimado para a execução da obra em apreço, é obrigatória a celebração do termo de contrato.
- 27 É lícito que o prazo do contrato seja indefinido no caso de obras de vulto e prazo semelhantes aos da situação apresentada.

No que se refere a alterações em contratos públicos, julgue os seguintes itens.

- 28 Diante da necessidade de se mudar a forma de pagamento em contratos públicos, a alteração deve ocorrer mediante acordo entre as partes, respeitadas as condições previstas em lei.
- 29 Em reformas de edifícios, são legalmente permitidos acréscimos superiores a 50% do valor contratado, desde que haja acordo entre as partes.

Com relação aos mecanismos alternativos de resolução de conflitos bem como às suas formas de expressão e modelos, julgue os seguintes itens.

- 30 Na conciliação, forma de resolução de conflitos geralmente relacionada a questões sem vínculo emocional entre as partes, pressupõe-se a atuação ativa de uma terceira pessoa, o conciliador, que deve propor soluções, após ouvir as partes litigantes.
- 31 Os princípios da mediação de conflitos incluem a formalidade do processo, a competência do mediador, a publicidade e a liberdade das partes.
- 32 Na mediação de conflitos, ocorre a participação de uma terceira pessoa — agente público ou privado — que não interfere diretamente no conflito, mas auxilia, de forma pacífica, na construção do diálogo entre as partes litigantes, a fim de encontrar uma solução eficaz e satisfatória para a controvérsia.
- 33 Ao mediador, dada a *expertise* de sua atividade, são indispensáveis a formação e a capacitação específicas, bem como curso superior e habilitação prévia para o exercício de sua função.
- 34 A arbitragem, um meio alternativo de solução de conflitos, tem previsão legal envolvendo matéria de direitos patrimoniais disponíveis, e, por isso, a decisão prolatada por um árbitro escolhido pelas partes apresenta validade jurídica.
- 35 Os mecanismos alternativos ou consensuais de resolução de conflitos têm como característica comum a intervenção de uma terceira pessoa, que participa ativamente na busca do consenso entre as partes, na qualidade de mediador, árbitro, negociador ou conciliador.

João, soldado bombeiro militar, em deslocamento, armado de metralhadora, ao cruzar com o primeiro-tenente Carlos, em uma via do quartel, prestou a devida saudação ao seu superior hierárquico e, em seguida, aproveitando a oportunidade do encontro, retornou para lhe dirigir a palavra e se justificar de uma falta ao serviço. Ao se aproximar do tenente Carlos, na via, pelo lado interno, deixando o lado externo para o oficial, João solicitou permissão para falar a respeito de uma falta ao serviço de natureza diferente, para o qual havia sido escalado. Alegou que desconhecia ter sido escalado para tal serviço, por não ter tomado conhecimento do boletim interno, bem como que, na escala feita, não havia sido observada a folga de vinte e quatro horas entre dois serviços após o cumprimento da escala de serviço habitual.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue os seguintes itens.

- 36 O desconhecimento do boletim interno por parte de João não justifica a falta ao serviço.
- 37 É correta a alegação feita por João no que se refere ao prazo de folga de vinte e quatro horas entre dois serviços de mesma natureza ou de natureza diferente.
- 38 Quanto ao deslocamento dos dois militares, juntos, João posicionou-se corretamente em relação a Carlos, demonstrando respeito e apreço.

Na solenidade de aniversário de determinado corpo de bombeiros militar, o soldado Lopes encontrava-se do lado de fora do auditório quando recebeu e cumprimentou, sem maiores formalidades, a doutora Ana, promotora da justiça militar, que compareceu ao evento organizado para a comemoração da promoção de vinte e quatro bombeiros militares e a despedida do ex-comandante geral, tendo a tropa desfilado em homenagem a esse oficial. Durante o desfile, a autoridade homenageada respondeu apenas à continência do comandante do grupamento de desfile e à bandeira. O grupamento era composto por um estado-maior, cinco companhias e um grupamento motorizado, enquanto os demais oficiais que somente assistiam ao desfile fizeram continência apenas à bandeira quando da passagem desta.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 39 A autoridade homenageada deveria ter respondido às continências prestadas pelos oficiais da tropa que desfilou, e os demais oficiais que assistiam ao desfile agiram corretamente ao prestar a continência.
- 40 O procedimento correto de Lopes, ao se dirigir à doutora Ana para cumprimentá-la, seria retirar a cobertura, colocando-a sob o braço esquerdo, e aguardar, em seguida, que a promotora de justiça lhe estendesse a mão.

No que se refere ao regulamento interno e ao regulamento dos serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, julgue os itens que se seguem.

- 41 Ao auxiliar do fiscal de dia cabem todas as atribuições durante a ausência do oficial, entre as quais se destacam as seguintes: assistir à revista do recolher e à primeira refeição das praças no dia seguinte, procedendo de igual forma e com o devido respeito no caso de oficial preso ou detido, a fim de que o oficial escalado para fiscal de dia possa pernoitar em sua própria residência.
- 42 Serão afixados no quadro de avisos do P1 da unidade os deveres gerais do pessoal da guarda e as ordens particulares do comandante da unidade.
- 43 A formatura geral de subunidade será realizada nos dias em que não houver formatura geral de unidade, ao passo que as formaturas extraordinárias podem ser previstas ou inopinadas.
- 44 Quando da elaboração do boletim reservado, cabe ao P2 da unidade, de forma semelhante à adotada na elaboração do boletim ostensivo, organizar os assuntos classificados como reservados para que sejam publicados em boletim reservado.

Com referência ao Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCONT) R-2, julgue os próximos itens.

- 45 As honras fúnebres a militares que falecerem na ativa são prestadas por comissões previamente designadas por autoridade competente, cabendo a essas comissões determinar que tipo de homenagem deve ser prestada em cada caso.

- 46 Se presente em ocasião em que o Hino Nacional for cantado, o bombeiro militar deve fazer continência durante a introdução do hino e, terminada essa parte, desfazer a continência e permanecer, durante o restante do hino, em posição de respeito.
- 47 No transporte feito por viatura, aeronave militar ou embarcação, o militar de maior grau hierárquico deve ser o primeiro a embarcar e desembarcar.

No que diz respeito ao Regulamento Interno e aos Serviços Gerais (RISG) R-1, julgue os itens seguintes.

- 48 A sentinela deve evitar prestar esclarecimento a pessoas estranhas ao serviço e, quando confrontada com situações em que esses esclarecimentos sejam necessários, deve chamar o cabo da guarda, militar a quem compete essa atribuição.
- 49 Uma das atribuições do oficial de dia é conhecer os sinais de alarme correspondentes ao plano de combate a incêndio da unidade para que possa instruir os demais militares de serviço.
- 50 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Em determinado quartel, a guarda permitiu a entrada de uma força não pertencente à unidade e providenciou sua acomodação em local apropriado e isolado. Feito isso, o pessoal da guarda informou o oficial de dia sobre o ocorrido. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a guarda agiu conforme determina o RISG/EB.

Julgue os itens a seguir, relativos às disposições expressas no Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará.

- 51 O Corpo de Bombeiros Militar, assim como a Polícia Militar do Ceará, está subordinado, operacional, administrativa e financeiramente, à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado.
- 52 Conforme previsto em lei, um primeiro-tenente da Polícia Militar do Ceará que tenha sido promovido a esse posto em dezembro de 2014 terá precedência hierárquica sobre um primeiro-tenente bombeiro militar do Ceará que tenha sido promovido a esse posto em dezembro de 2010.
- 53 De acordo com a Constituição Federal, os integrantes das organizações militares estaduais, diferentemente dos militares das Forças Armadas, são considerados militares apenas no âmbito da Federação no qual atuam e em estrita situação de serviço.
- 54 Bombeiro militar reformado que esteja em situação de dispensa definitiva da corporação não poderá ser convocado para prestar serviço na ativa.
- 55 Considerando-se que um dos pilares da organização militar é a hierarquia, é correto afirmar que, entre militares do mesmo posto ou da mesma graduação, não existe precedência hierárquica.
- 56 A promoção a grau hierárquico superior somente é cabível quando o número de oficiais da ativa não estiver completo ou em excesso, excetuando-se as hipóteses de promoção *post mortem* e por bravura, que, em face de sua excepcionalidade, ocorrerão independentemente de vaga.

Acerca dos dispositivos previstos no Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, julgue os itens que se seguem.

- 57 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um oficial bombeiro militar cometeu uma falta disciplinar de natureza leve e foi penalizado pelo seu superior com uma advertência. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a sanção disciplinar, ainda que seja verbal, deverá ser publicada em boletim interno e consignada no registro de informações de punições do oficial.
- 58 Nas situações previstas em legislação disciplinar, a pena demissória do serviço ativo, determinada mediante processo regular, poderá ser aplicada tanto a praças quanto a oficiais, ao passo que a pena de expulsão somente poderá ser aplicada a praças.
- 59 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um oficial bombeiro, com quinze anos de serviço, foi eleito deputado estadual e, quando da sua diplomação, passou para a reserva remunerada. **ASSERTIVA:** Nessa situação, ainda que esteja recebendo proventos da corporação, o oficial não estará sujeito a regramentos militares/disciplinares.
- 60 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um oficial bombeiro militar em serviço presenciou o cometimento de uma infração disciplinar por parte de um de seus subordinados, mas, devido ao fato de ambos serem amigos, não tomou nenhuma providência em relação ao ocorrido. **ASSERTIVA:** Nessa situação, o oficial responderá solidariamente, na esfera administrativo-disciplinar, pela transgressão cometida pelo subordinado.

Acerca dos regulamentos e das normatizações utilizados no cotidiano castrense e dos direitos legalmente garantidos aos militares estaduais, julgue os itens subsecutivos.

- 61 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um oficial bombeiro militar, devido ao fato de ter sido movimentado da capital para outra unidade militar, no interior do estado, recebeu do comandante de sua unidade de origem a concessão de período de trânsito de dez dias para organizar os preparativos referentes à mudança de sede. **ASSERTIVA:** Nessa situação, após o fim do período de trânsito concedido inicialmente, caberá ao comandante da unidade militar de destino deferir, se houver necessidade, a prorrogação do referido prazo.
- 62 Se um oficial bombeiro militar requerer, após três anos de oficialato, a sua exoneração do serviço ativo, esta será concedida mediante indenização das despesas relativas à sua preparação e à sua formação.
- 63 É garantido ao bombeiro militar tirar licença para tratar de interesse particular por até dois anos, contínuos ou não, sem prejuízo da contagem do tempo de serviço, após cinco anos de efetivo serviço.
- 64 Se, ao término do estágio supervisionado, um aspirante a oficial não obtiver conceito favorável, a promoção dele ao posto de primeiro-tenente será temporariamente preterida, sendo-lhe garantida a participação em novo curso de formação de oficiais.
- 65 Compete à CGD aplicar e fiscalizar o cumprimento de punições disciplinares.

Acerca do controle da administração pública e das atribuições da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (CGD), julgue os itens a seguir.

- 66 Compete à CGD a realização de sindicâncias e processos administrativos que tenham por objetivo apurar a responsabilidade disciplinar de servidores integrantes da atividade judiciária, policiais militares, bombeiros militares e agentes penitenciários.
- 67 O controle de legalidade realizado pela administração pública se consuma com a verificação da conveniência e da oportunidade da conduta administrativa.

A respeito da investigação preliminar e do processo regular, julgue os itens que se seguem.

- 68 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Durante uma ocorrência policial, constatou-se que um soldado da Polícia Militar (PM), de folga e à paisana, havia praticado uma série de atos que configuravam abuso de autoridade em determinada ocasião, na qual exibiu arma de fogo e a apontou para a cabeça de um cidadão. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a competência para instaurar processo administrativo é exclusiva do controlador geral de disciplina.
- 69 Com a investigação preliminar, é feita uma apuração sumária para se averiguar se notícias de supostas irregularidades atribuídas a um servidor ou militar do estado do Ceará têm fundamentos que justifiquem a abertura de processo disciplinar. Trata-se, por isso, de procedimento formal, público e solene, uma vez que pode servir para subsidiar futura punição do servidor ou militar investigado.

Acerca de sindicância, julgue os itens subseqüentes.

- 70 O prazo para a conclusão da sindicância, de trinta dias, não pode ser prorrogado devido à natureza formal desse processo, característica que determina também a nulidade de todo o processo no caso de desrespeito ao prazo.
- 71 A sindicância disciplinar pode ser empregada na apuração de todas as transgressões, salvo as apenadas com demissão ou expulsão; as fases de instauração e de citação dão início ao rito processual a ser seguido.

Julgue os itens seguintes, acerca do poder constituinte e das normas constitucionais.

- 72 As normas constitucionais de eficácia contida não produzem efeitos enquanto não sobrevier norma infraconstitucional regulamentadora.
- 73 Os municípios, antes federativos autônomos, exercem incondicionalmente o poder constituinte derivado decorrente quando editam suas respectivas leis orgânicas.

João impetrou mandado de segurança contra ato coator praticado por administrador de uma autarquia estadual. Em sua petição inicial, João invocou direito líquido e certo, formulou pedido de concessão de liminar e colacionou documentação comprobatória. Não convencido, em um primeiro momento, da liquidez e da certeza do direito de João, o juiz decidiu que indeferirá o pedido de liminar.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 74 O administrador da autarquia estadual em questão tem legitimidade para figurar como autoridade coatora em mandado de segurança.
- 75 Depois de indeferir o pedido de liminar, o juiz deverá determinar o prosseguimento do processo e dar início à fase instrutória, ao longo da qual deverá ser assegurado a João o direito ao contraditório, até mesmo com oportunidade para a produção de provas testemunhal e pericial aptas a firmar o convencimento do juiz acerca da existência de direito líquido e certo.

No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas e aos direitos fundamentais, julgue os itens subsequentes.

- 76 O estrangeiro em trânsito, assim como o residente, é titular dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal.
- 77 A decretação do estado de sítio, diferentemente da decretação do estado de defesa, no âmbito federal, demanda autorização prévia do Congresso Nacional.

Com relação à aplicação da lei penal militar, ao crime militar e às penas, julgue os seguintes itens.

- 78 A menagem é uma espécie de prisão cautelar aplicável a agente que cometa crime militar para o qual esteja prevista pena privativa de liberdade de até quatro anos.
- 79 Na elaboração do Código Penal Militar (CPM), adotou-se a teoria mista quanto ao lugar do crime. No que se refere aos crimes comissivos, seguiu-se a teoria da ubiquidade, segundo a qual se considera lugar do crime tanto aquele onde se iniciou a ação, quanto aquele em que ocorreu o resultado.
- 80 Na ocorrência de erro de direito, verifica-se que o agente não conhecia a lei ou a interpretou com erro que pode ser perdoado. Esse tipo de erro é admitido também pelo direito penal militar, o que resulta em benefício para o agente que comete crime contra o dever militar por erro de direito.

No que se refere à culpabilidade e aos crimes militares em tempo de paz, julgue os itens que se seguem.

- 81 O CPM, assim como o Código Penal comum, adotou a teoria unitária do estado de necessidade.
- 82 O crime de recusa de obediência é crime militar impróprio.

Com referência ao concurso de agentes, julgue os próximos itens.

- 83 O CPM, ao estabelecer que o crime é único e indivisível, tanto no caso de unidade de autoria quanto no de concursos de agentes, adotou a teoria monística.
- 84 Quando participam do crime de motim, os oficiais são sempre considerados sujeitos ativos, ou cabeças, para fins de aplicação da lei penal militar.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 85 Um oficial bombeiro militar entrou em uma casa sem autorização, arrombando as portas e quebrando paredes para debelar um incêndio. Nessa situação, o referido militar está amparado pela excludente da ilicitude do exercício regular de direito.
- 86 Um cabo da PM, em serviço de policiamento ostensivo, deixou, acidentalmente, sua pistola cair no chão e o disparo decorrente da queda atingiu um civil que passava pelo local, matando-o. Nessa situação, o policial praticou crime comum, cujo julgamento deve ser feito na justiça comum.
- 87 Um soldado da PM, durante uma manifestação estudantil, atirou contra desordeiros infiltrados no protesto que tentavam fugir do local correndo em direção a um prédio público. O projétil acabou por atingir um dos fugitivos pelas costas. Nessa situação, o referido policial não agiu sob o abrigo da legítima defesa.
- 88 Dois sargentos bombeiros militares saíram após o serviço para tomar cerveja em um bar. Os dois militares exageraram na bebida e, completamente embriagados, começaram a brigar. Nessa situação, caso um dos sargentos cometa crime de homicídio contra o outro, ele não será condenado pelo crime, pois a pessoa completamente embriagada é considerada inimputável pelo direito penal militar.

No que se refere ao texto escrito, julgue os próximos itens.

- 89 No trecho “Cinco novos casos de febre maculosa foram identificados no Rio de Janeiro depois que a doença foi confirmada como causa da morte do superintendente da Vigilância Sanitária”, a palavra “doença” funciona como recurso coesivo que retoma o antecedente “febre maculosa”.
- 90 A frase a seguir é estruturada em discurso direto: Clarissa perguntou ao irmão se ele estaria ocupado à noite.
- 91 A coesão é realizada por elementos formais (artigos, pronomes, conjunções etc.), os quais se prestam à união entre os elementos constitutivos do texto; portanto, a coesão ocorre no plano gramatical e no lexical.

Em relação às normas de correspondência oficial, julgue os itens que se seguem.

- 92 No ambiente da comunicação oficial, são consideradas adequadas e próprias do *email* abreviações como **vc** (você), **qd** (quando), **pq** (porque), **p/** (para) e **hj** (hoje).
- 93 As formas de tratamento indicadas para senadores, ministros de Estado, governadores, deputados federais e estaduais são **Exmo. Senhor** e **Vossa Excelência**.
- 94 Na redação de uma ata, dada a economia de espaço gráfico, são admitidas abreviaturas de palavras ou expressões, mas é obrigatório o registro dos números sob a forma de algarismos.

Acerca de aspectos diversos relacionados a violência, conflitos sociais e direitos civis, julgue os itens subsequentes.

- 95** O conceito de violência é unívoco e claro, podendo-se, a partir de uma concepção universal, definir a violência como positiva e boa ou como destrutiva e má.
- 96** Alguns conflitos no Brasil, como os linchamentos, são exemplos de tentativas não institucionais para a solução violência.
- 97** Violência simbólica não demanda coerção física.
- 98** A força da violência simbólica advém da imposição de significados e da ocultação de relações de poder por meio de processos de dissimulação da legitimidade.
- 99** Na atualidade, os direitos civis, constitucionalmente assegurados no país, passam por um momento de alto grau de legitimação social.
- 100** Conflitos sociais podem contribuir para aperfeiçoar normas e para evitar crises de governabilidade em sistemas sociais flexíveis.
-

Espaço livre
